

CONTAS DE MINAS



Ano 05- edição 35 /2018



Toca o alarme!

TCE pede providências para que Estado e municípios resolvam situação crítica de infraestrutura em escolas mineiras



Presidente Conselheiro Cláudio Couto Terrão
Vice-Presidente Conselheiro Mauri José Torres Duarte
Corregedor Conselheiro José Alves Viana
Conselheiros Wanderley Geraldo de Ávila
 Sebastião Helvecio Ramos de Castro
 Gilberto Pinto Monteiro Diniz (Ouvidor)
 Durval Ângelo Andrade
Conselheiros Substitutos
 Licurgo Joseph Mourão de Oliveira
 Hamilton Antônio Coelho
 Adonias Fernandes Monteiro
 Victor de Oliveira Meyer Nascimento
Ministério Público junto ao Tribunal de Contas
Procuradora-Geral
 Elke Andrade Soares de Moura
Subprocurador-Geral
 Márcilio Barenco Corrêa de Mello
Procuradores
 Maria Cecília Mendes Borges
 Glaydson Santo Soprani Massaria
 Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte
 Cristina Andrade Melo
 Daniel de Carvalho Guimarães
Chefe de Gabinete do Conselheiro Presidente
 Rachel Campos Pereira de Carvalho
Chefe de Gabinete da Presidência
 Cristiano Francisco Alkmim França
Diretor-Geral
 Henrique de Paula Kleinsorge

EXPEDIENTE

Diretoria de Comunicação Social do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Diretor

Luiz Cláudio Diniz Mendes
Jorn. Mtb n. 0473 - DRT/MG

Editor Responsável

João Manuel Lopes de Cerqueira
Jorn. Mtb n. MG-08616 JP - DRT/MG

Redação e fotos

Alda Clara de Aquino
Frederico Nicola La Rocca
Karina Camargos Coutinho
Luiz Gustavo Ribeiro
Márcio de Ávila Rodrigues
Thiago Rios Gomes

Revisão

Dionne Emília Simões do Lago Gonçalves

Projeto Gráfico / Capa

Coordenadoria de Publicidade e Marketing / Vivian de Paula

Diagramação

Márcio Wander Moura Ferreira / MG-00185 DG - DRT/MG
Fechamento desta edição: 12/11/2018

TIRAGEM | 4.000 | EXEMPLARES

Impressão: Global Print

NESTA EDIÇÃO



CAPA
Perigo nas escolas 06

Entrevista 04
Um novo conselheiro e sua perspectiva

Encontro 10
Valorizando os conselheiros de educação

PCA 14
Educar entra na conta

Pesquisas Temáticas 18
A Educação no mundo das leis

Posse 20
Durval Ângelo no TCE

Homenagem 22
Colar do Mérito para escolas públicas

Capacitação 24
Do outro lado do Atlântico

Recredenciamento 26
A excelência e a Escola de Contas

ENTREVISTA

Um novo conselheiro e sua perspectiva

por Alda Clara de Aquino

Durval Ângelo Andrade tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) em 1º de agosto deste ano, indicado pelo governador Fernando Pimentel, para ocupar a vaga aberta com o falecimento da conselheira Adriene Andrade. Foi aprovado, por unanimidade, pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Ele é formado em Filosofia, Teologia e Pedagogia, com pós-graduação em Educação. Fez inicialmente carreira no magistério, atualmente é professor licenciado da rede pública de Belo Horizonte e aposentado da rede de Contagem. Ingressou na política em Contagem, sendo eleito duas vezes para a Câmara Municipal, em 1988 e 1992, tendo sido relator da Lei Orgânica do Município. Em 1994, elegeu-se deputado estadual pela primeira vez, cumprindo seis mandatos consecutivos. Na Assembleia, presidiu a Comissão de Direitos Humanos por 12 anos.

Em entrevista ao *Contas de Minas*, ele falou sobre a excelência dos projetos desenvolvidos pelo TCEMG, os desafios de ocupar a vaga da primeira conselheira do Tribunal e da importância da participação popular na fiscalização dos recursos públicos por meio dos conselhos municipais.



CM: A posse e o exercício na Corte de Contas já modificaram sua compreensão das atividades do Tribunal?

D.A.: É evidente, porque apesar de eu ter uma longa vida pública, praticamente 40 anos como professor de redes públicas de ensino, 30 anos de mandato, a minha vinda para o Tribunal de Contas me forçou a estudar para conhecer um pouco mais de sua atividade. A cada dia eu me surpreendo mais, primeiro pela excelência do trabalho desenvolvido pelos assessores e servidores. Isso é algo que merece grande destaque. E, principalmente nestas últimas presidências, pelo processo de informatização, transparência e de contato com os jurisdicionados.

CM: Quais foram as primeiras atividades que o impressionaram?

D.A.: Estando aqui no Tribunal, tomei conhecimento do Cadastro dos Agentes Públicos do Estado e dos Municípios de Minas Gerais (CAPMG) e fiquei muito surpreendido com sua importância. Este sistema permite o acesso a servidores dos 853 municípios, sua remuneração, sua situação funcional, tanto da administração direta como da indireta, e também das autarquias e fundações municipais e estaduais, da administração direta e indireta estadual; mostra que isso é uma ferramenta importante para servir como instrumento de consulta para cada agente público municipal, cada prefeito, para cada dirigente de órgão e serve também como instrumento de fiscalização, tanto para ações do Ministério Público, como para ações de fiscalização.

Outra questão que me chamou muito a atenção no Tribunal, pois eu sou professor, foi o *Programa Na Ponta do Lápis*, principalmente o aplicativo que já existe até em outros tribunais de contas de outros estados. Foi desenvolvido no TCE de Minas, permitindo que cidadãos, professores, alunos ou pais de alunos possam interagir com o nosso Tribunal, trazendo suas demandas. Um sistema com a função de possibilitar que a gente possa construir uma educação cidadã, de qualidade, no Estado de Minas Gerais.

Recentemente, eu tive conhecimento do Banco de Preços, que o Tribunal lançou em novembro. Nele será possível ter acesso a mais de 600 mil itens de licitações realizadas, distribuídas por municípios, por micro e macrorregiões. O Banco de Preços irá ajudar os prefeitos ou agentes públicos a terem referência sobre as tomadas de preços. Até mesmo o cidadão terá acesso a este banco de dados para saber, por exemplo, qual o preço de uma caneta Bic, escrita fina, comprada no município de Jequitinhonha, se está dentro da média daquela microrregião, da macrorregião ou do Estado. Isso é um instrumento de transparência muito importante.

CM: Como é possível o Tribunal de Contas melhorar a vida do cidadão?

D.A.: Hoje nos 33 tribunais de contas brasileiros se discute muito qual é o seu papel. É fiscalizar? Sim! Mas eu entendo que é fiscalizar para que o dinheiro público seja melhor usado nas políticas públicas fundamentais, principalmente as de inclusão social, na área da educação, saúde, assistência social, na área de valorização da infância e juventude, e da terceira idade, que são os setores mais vulneráveis do Estado. Mas só um instrumento de fiscalizar e punir não resolve. Eu acho que o Tribunal pode, cada vez mais, ser um instrumento de proteção do município para que este papel pedagógico educativo seja valorizado.

Com a visão apenas de punir, depois do desperdício ou depois do desvio do recurso público, se têm poucos instrumentos para ressarcir a sociedade. O ressarcimento é sempre muito pequeno em relação ao dano. Não adianta você colocar a tramela na janela depois que o ladrão já entrou. A gente precisa evitar que o prejuízo aconteça. Quando a gente faz um trabalho em parceria com os municípios, o papel do Tribunal tem um outro sentido, ele se torna um instrumento para impedir que o erro aconteça e para que as políticas públicas sejam executadas.

Como o Tribunal de Contas realiza o controle externo, podemos fazer parcerias com os mecanismos de controles internos dos órgãos públicos. Uma questão fundamental para mim é realizar parcerias com os conselhos municipais. A chamada Constituição Cidadã, do deputado federal Ulisses Guimarães, pode se tornar realidade quando se faz parcerias. Por exemplo, quem vai ajudar a fiscalizar a saúde nos municípios? É o conselho municipal de saúde. Então, o Tribunal pode ajudar na formação destes conselheiros para que eles se *empoderem*. Isso vale para um conselho da criança e do adolescente, para um conselho de patrimônio cultural ou um conselho municipal de educação. Eu acho que estes conselhos poderiam ser como os braços do Tribunal de Contas.

Eu mesmo escrevi uma coleção de livros, a pedido do setor de leigos da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), os "Conselhos populares, exercício de cidadania", onde eu falo de todos estes conselhos municipais e como eles podem ser fortalecidos pelas pastorais sociais. Neste sentido, eu acho que o Tribunal também pode trabalhar com estes conselhos. É uma forma de realizar esta função pedagógica de prevenção do Tribunal de Contas.



CM: Qual é o sentimento de substituir a conselheira Adriene Andrade?

D.A.: É um desafio porque a conselheira Adriene foi a primeira mulher conselheira no Tribunal de Contas de Minas Gerais. Quero dizer que resgatar e substituir uma mulher não é fácil, principalmente num momento em que a questão do *empoderamento* da mulher é fundamental. O que a gente vê é uma banalização da mulher e também as questões dos assédios sexuais e morais, além de tantos feminicídios na sociedade. Eu tento chegar ao Tribunal com o mesmo sentimento da conselheira Adriene, lembrando o jeito que ela se comportava aqui, com simplicidade e com a candura, mas na mesma firmeza. Eu me sinto responsável pela defesa da dignidade da mulher.

Na minha posse, citei um filósofo espanhol que sempre "acompanhou" a minha vida, que é José Ortega y Gasset, e uma frase dele muito significativa é "eu sou eu e minha circunstância, eu não a salvo, se não salvo a mim". Então, na realidade, eu vivo uma circunstância nova depois de 30 anos de parlamento, tantos anos como professor, tantos anos com a militância nas pastorais sociais da Igreja Católica e comunidades eclesiais de base, eu digo que continuo sendo a mesma pessoa. Continuo tendo as mesmas crenças, os mesmos sonhos, os mesmos princípios. O que eu posso ter de novo é a circunstância nova de estar aqui, exercendo o papel de conselheiro do Tribunal de Contas. Eu preciso me preparar, cada vez mais, para o exercício desta função. Como dizia o poeta Thiago de Melo, "eu não tenho um caminho novo, o que eu tenho de novo é o jeito de caminhar". Então eu continuo no mesmo caminho, só tendo claro que a circunstância e os desafios que me cercam é que são novos. Depois dessa longa experiência, especialmente uma militância de 30 anos nos direitos humanos, de 20 anos na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, a grande maioria como presidente da comissão de Direitos Humanos, eu acho que o Durval Ângelo é o mesmo.

PERIGO nas escolas

Alda Clara

Ao constatar que a maior parte de um total de 565 unidades de ensino mineiras, municipais e estaduais, possuem graves irregularidades que colocam em risco crianças e funcionários, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais decidiu pedir ajuda ao Corpo de Bombeiros do Estado. O presidente da Corte de Contas, conselheiro Cláudio Terrão, encaminhou cópia de um relatório elaborado pela área de Engenharia do Tribunal, que inspecionou as unidades localizadas em 159 municípios. E mandou anexar a listagem das escolas que se encontram em situação de “extrema gravidade”

Mas o pedido de ajuda não se restringiu aos bombeiros. O relatório também foi encaminhado à Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, ao secretário Estadual de Educação e aos prefeitos. O material contém uma avaliação individualizada das escolas municipais e estaduais, alertando para o necessário cumprimento das determinações do Plano Nacional de Educação. ▶



Fios expostos e análise da água

A questão foi discutida na sessão de Pleno, realizada em 19 de setembro. O processo nº 1.048.966, que originou o relatório, foi convertido de Assunto Administrativo em Monitoramento para que o TCEMG possa acompanhar as medidas tomadas pelos gestores. Também foi determinado à Superintendência de Controle Externo do Tribunal que considere este diagnóstico na elaboração do Plano Anual de Fiscalização de 2019, para o “exercício do controle externo sobre as situações mais críticas e acompanhamento de perto dos demais achados”.

E não foram poucas as irregularidades encontradas pelos técnicos do TCE. Em 383 delas não há qualquer equipamento para combate a incêndio; 494 não possuem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB); há fios expostos em 24% das salas de aula e o abastecimento de água por meio de rede pública existe em apenas 53% das instituições visitadas.

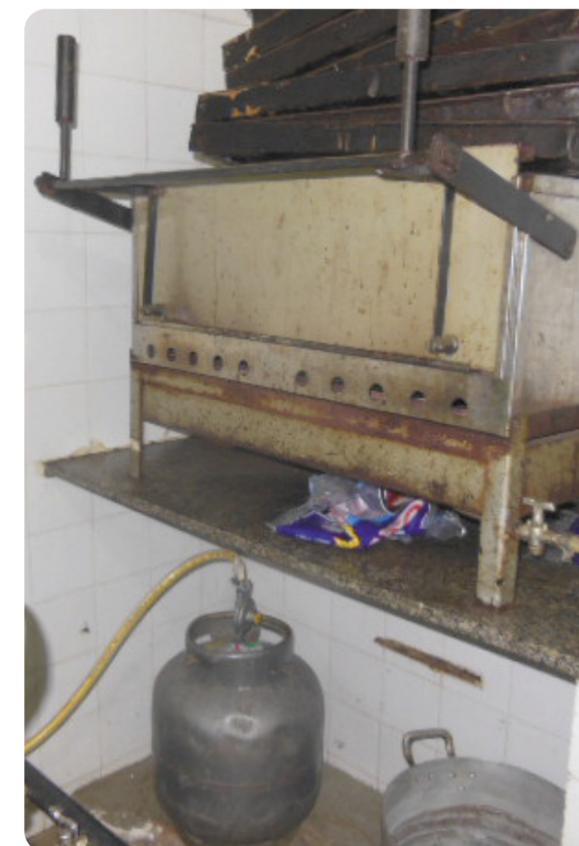
O Tribunal também determinou aos prefeitos e secre-



tários de Educação, onde foram selecionadas as escolas em situação crítica, que apresentassem um plano de ação, contendo medidas para sanar as inconsistências encontradas.

E também recomendou aos secretários municipais e estadual de Educação, responsáveis pelas escolas que possuem o abastecimento de água realizado por cacimbas, cisternas, rios e lagos, que submetam a água à análise periódica de qualidade.

Tendo em vista que o levantamento foi realizado em apenas uma parcela das escolas mineiras, o TCE recomendou a todos os prefeitos de Minas e ao governador do Estado para que orientem as secretarias de Educação – e os demais órgãos responsáveis pela concretização dessas políticas públicas – para a adoção de medidas preventivas e corretivas quanto à infraestrutura das escolas localizadas em seus respectivos territórios. ■



Valorizando os conselheiros de educação



Fred La Rocca

Para coroar uma gestão que escolheu a Educação como seu principal foco, o Tribunal de Contas mineiro realizou, no dia 24 de setembro, o *I Encontro Mineiro de Conselheiros de Educação*. Cumpriu o objetivo traçado de contribuir para a formação de membros dos conselhos de educação. O Auditório Vivaldi Moreira recebeu 332 pessoas, entre conselheiros municipais de Educação e de alimentação escolar, e também do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb).

De uma forma geral, os três conselhos têm a função de mediar, articular, fiscalizar e deliberar sobre assuntos ligados à educação da região em que atuam. São compostos, normalmente, de membros das secretarias de Educação, docentes, diretores, funcionários das redes de ensino e representantes da sociedade, como pais e alunos. Cada conselho tem sua particularidade. ▶



Diretora de Fiscalização de Matérias Especiais, Luciana Foureaux

A mesa de honra foi composta pelo conselheiro Durval Ângelo, representando o TCEMG; o promotor de Justiça e coordenador regional do Patrimônio Público, Eduardo de Paula Machado; a assessora da Presidência e coordenadora do *Programa Na Ponta do Lápis*, Naila Morthé; e o coordenador de capacitação da Escola de Contas, Henrique Quites. Durval Ângelo fez a abertura do evento e destacou a pesquisa desenvolvida pelo economista trabalhista e professor polonês Martin Carnoy, que elaborou um comparativo da educação entre Brasil, Chile e Cuba.

O Programa Na Ponta do Lápis

A pedagoga Naila Morthé reforçou a importância da capacitação e lembrou a trajetória do *Programa Na Ponta do Lápis*, lançado no princípio do ano passado, no início da gestão do conselheiro Cláudio Terrão, com o compromisso de aproximar o Tribunal da escola pública e incentivar a participação mais ativa da sociedade na evolução da qualidade oferecida aos mineiros. “O *Na Ponta do Lápis* foi concebido em três grandes vertentes. A primeira é a **formação**, quando o TCE deixa o próprio espaço e vai ao encontro dos jurisdicionados em outras cidades. O Tribunal levou para alguns municípios, por meio do *Encontro Técnico*, momentos de compartilhamento para construir uma proposta de acompanhamento e de atuação diferenciada para a Educação. Também investiu na formação interna para que os servidores pudessem encontrar meios de atuar de forma cada vez mais ativa na transformação da educação. Além disso, também existem as atividades do *Projeto Conhecer*, que visita escolas e entra em contato direto com os alunos.

A segunda vertente é a **fiscalização**, papel já desenvolvido pelos tribunais de contas, “agora focando a área da educação”. Por último, a **gestão**, que visa criar ferramentas de administração para que os gestores possam construir uma política de educação baseada em dados. Naila ainda destaca o sistema *TCEduca*, que mensura as metas do Plano Nacional de Educação, e o aplicativo *Na Ponta do Lápis*, um canal direto entre comunidade escolar e gestores públicos.

O palestrante convidado Teodoro Zanardi, que é professor adjunto do programa de pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), falou sobre os desafios da educação escolar no século XXI e o papel dos conselhos de educação diante do Programa Nacional de Educação. Zanardi ressaltou a relevância da Constituição de 1988, que, segundo ele, proporcionou mais acesso, permanência e qualidade na Educação. “Acho que está errado quem diz que o ensino antigamente era melhor do que o de hoje. Antes escola era algo

elitista, poucas crianças frequentavam instituições de ensino”, lembrou. Zanardi foi aplaudido quando afirmou que políticos têm que ir às escolas para entender a realidade da educação.

Três especialistas do TCE também falaram para os presentes na parte da manhã. A diretora de Fiscalização de Matérias Especiais, Luciana Foureaux Miranda Salim, apresentou a situação da infraestrutura de algumas das 565 instituições inspecionadas pelo Tribunal, localizadas em 159 municípios mineiros. Ao todo foram vistoriados 1.500 banheiros e 3.700 salas de aula; foram encontrados diversos problemas de acessibilidade, coleta de lixo, fornecimento de água, infiltrações, fios expostos, falta de bibliotecas e mobiliário quebrado. Uma das maiores preocupações apontadas por Luciana foi na prevenção a incêndios, “já que 75% das escolas visitadas não tinham nenhum tipo de ferramenta com essa finalidade”. Edina Aparecida Saraiva Motta e Lúcia das Graças Castro de Oliveira, servidoras do Tribunal de Contas mineiro, apresentaram o sistema *Fiscalizando com o TCE*, disponível há mais de uma década no Portal do TCE na internet e desenvolvido para que a sociedade possa acompanhar melhor a gestão dos recursos públicos.

Em seguida, a coordenadora da União Nacional dos Conselheiros Municipais de Educação (UNCME), Galdina de Souza Arrais, explicou o papel do conselho no Sistema de Educação. Ainda na parte da manhã, o promotor de Justiça Eduardo Machado fez uma palestra com o tema *Democracia, Conselhos de Educação e Controle Social*.

Outras visões

Durante o intervalo para o almoço, o Espaço Cultural Mestre de Piranga recebeu os participantes que estavam interessados em saber mais sobre o aplicativo *Na Ponta do Lápis* ou ainda participar do projeto *A Palavra é Sua*, um espaço aberto, reservado para depoimentos, trocas de experiências e para criar uma rede de contatos.

A parte da tarde se iniciou com a palestra da inspetora da Escola Professor Joaquim Nunes Selma Beatriz Bento, que falou sobre as mudanças que aconteceram na instituição depois de ações integradas com a comunidade escolar, pais, conselheiro tutelar e Polícia Militar. Em seguida, o superintendente de Planejamento e Finanças da Secretaria de Educação do Estado, Silas Carvalho, falou sobre o papel dos conselhos no acompanhamento da gestão dos recursos da educação. Ele afirmou que a Lei 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é um guia para os gestores de projetos e que a responsabilidade de conferir e propor ações corretivas é dos conselheiros de educação.

Ainda sobre o tema **conselhos**, a coordenadora de Formação de Gestores e Técnicos do Ministério da Educação, Edinar Vieira Diniz, destacou a importância dos profissionais de ensino. Fechando o encontro, a procuradora-geral do Ministério Público de Contas, Elke Andrade Soares, falou sobre a atuação do MPC para garantir a aplicação dos recursos na educação. ■



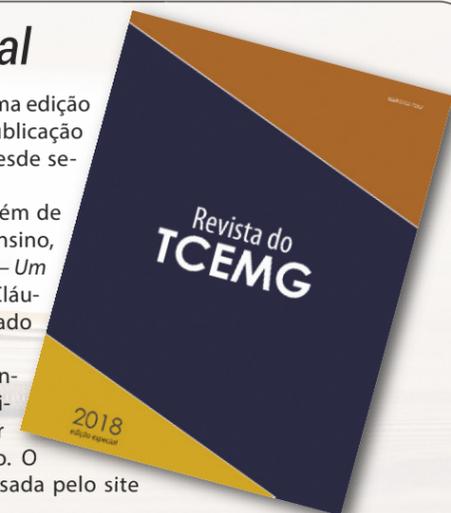
Conselheiros de Educação lotam Auditório Vivaldi Moreira

Revista TCEMG lança edição especial

Durante o *I Encontro Mineiro de Conselheiros de Educação*, foi lançada uma edição especial da Revista do TCEMG, 107 páginas com a temática **Educação**. A publicação faz parte do *Programa Na Ponta do Lápis* e reúne artigos selecionados desde setembro de 2017.

A revista traz cinco textos escritos por especialistas em Educação, além de duas decisões do TCEMG que tratam da utilização de recursos público no ensino, uma introdução sobre o *Programa Na Ponta do Lápis* e, ainda, a *Carta de BH – Um Apelo à Melhoria da Educação Brasileira*, lida pelo conselheiro presidente, Cláudio Terrão, durante o evento *Simpósio Nacional de Educação* (Sined), realizado em abril deste ano.

A primeira edição da Revista foi lançada em dezembro de 1983, com o intuito de divulgar atos, pareceres e decisões do Tribunal, orientar os jurisdicionados quanto à correta aplicação dos recursos públicos e divulgar doutrinas e jurisprudência, fomentando o debate acadêmico-científico. O periódico é de circulação semestral e a versão eletrônica pode ser acessada pelo site revista.tce.mg.gov.br.





EDUCAR entra na conta

TCE inclui o acompanhamento das metas 1 e 18 do PNE na análise das contas dos prefeitos

Karina Coutinho

O Plano Nacional de Educação (PNE) foi criado para garantir a todos os brasileiros o direito à educação básica de qualidade. Ele é composto por 20 metas que têm como objetivo reduzir as desigualdades educacionais, formar os alunos para o mercado de trabalho, promover o acesso e a permanência deles na escola, além de valorizar os profissionais da educação. As metas vigoram por dez anos (2014-2024). Nesse contexto – e devido à importância do tema para a sociedade –, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG) incluiu, no exame da prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo municipal, o acompanhamento das metas 1 e 18 do Plano Nacional. A análise entra em vigor a partir do exercício financeiro de 2017.

Os sete conselheiros da Corte de Contas assinaram, em 2 de maio desse ano, a Ordem de Serviço Conjunta nº 1, que descreve os itens a serem examinados pelo TCE na prestação de contas dos prefeitos. O órgão de controle mineiro vai acompanhar as metas que dizem respeito à educação infantil e ao piso salarial para os profissionais da educação básica pública.

O artigo 3 do documento detalha o que será analisado: “o Tribunal, no âmbito do processo de prestação de contas anual do chefe do Poder Executivo municipal, referente ao exercício financeiro de 2017, acompanhará o cumprimento das metas 1 e 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014, quanto à universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade; ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até três anos; e observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal c/c o § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738, de 2008”.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos(as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

De acordo com a diretora (em exercício) de Controle Externo dos Municípios do TCEMG, Heliane Brum, serão utilizados os dados do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (Sicom), do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e do portal TCEduca para essa análise. Ela comemora a iniciativa. "O objetivo do TCE é incentivar e mostrar para os municípios que ele está acompanhando de forma pedagógica essas metas." Além disso, ela explica que o trabalho da Corte de Contas representa uma oportunidade para que o jurisdicionado conheça a própria situação. "O consolidado feito pelo TCE pode ser considerado um relatório gerencial. O gestor pode, inclusive, fazer um comparativo a partir do histórico desses diagnósticos e acompanhar como estão sendo cumpridas essas metas em seu município". A diretora aponta que a sociedade ganha muito com isso e que "o papel do TCE é muito importante, já que há pouco acompanhamento do cumprimento dessas metas".

Sicom, IEGM e TC Educa: fonte de dados

Heliane Brum assinala que, também em maio desse ano, os gestores encaminharam as respostas do questionário obrigatório do IEGM; entretanto, 56 municípios não responderam no prazo. Por isso, após a aprovação do presidente Cláudio Couto Terrão, o TCEMG reabriu prazo para que os gestores inadimplentes respondam às perguntas. O novo período foi de 1 a 30 de setembro.

O Índice pontua sete áreas de responsabilidade dos municípios: educação, saúde, planejamento, gestão fiscal, meio ambiente, cidades protegidas e governança de Tecnologia da Informação. As respostas dos questionários serão uma das fontes para a análise das prestações de contas. A diretora Heliane ressalta que, caso os gestores não respondam ao IEGM, podem ser punidos com multa por meio de processo administrativo.

Outra fonte de dados utilizada é o Sicom, por meio das remessas mensais enviadas pelos gestores. O TCEduca também servirá como base de informações. O *software* permite verificar se as ações previstas nos planos de educação estão sendo atendidas pelos gestores públicos. A ferramenta eletrônica faz parte de uma série de iniciativas lançadas por um grupo de trabalho formado por representantes de tribunais e de ministérios públicos de contas brasileiros.

O papel do Tribunal de Contas de Minas Gerais no controle da Educação

Desde o ano passado, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais prioriza a fiscalização do dinheiro destinado à Educação. A iniciativa partiu do atual presidente, conselheiro Cláudio Couto Terrão, que teve sua vida transformada por meio dela. Terrão era menino de rua na cidade do Rio de Janeiro. Ele conta que só por meio dos estudos modificou sua trajetória.

O presidente criou o Programa Na Ponta do Lápis, que abrigou as metas e estratégias para nortear a fiscalização dos recursos da educação. A pedagoga e assessora da Presidência, Naila Garcia Mourthé, é responsável pelo programa.

Uma das ações do TCEMG, dentro do programa, foi enviar – em novembro de 2017 – uma ordem aos prefeitos de Minas Gerais, que ainda não tinham um plano de valorização dos profissionais da educação. No mês seguinte, foi publicada uma matéria na Revista Contas de Minas (do TCE), edição nº 31, intitulada "Estímulo à valorização", que destaca a preocupação do Tribunal de Contas com o piso salarial dos profissionais da Educação.

Na ordem aos prefeitos, o presidente Terrão pede aos municípios, que ainda não têm o Plano de Carreira e Remuneração, a comprovação das medidas adotadas para viabilizar a aprovação do plano e estabelece o prazo de 90 dias para isso. Além disso, ele ressalta a necessidade da adesão à Rede de Assistência Técnica do Plano de Carreira e Remuneração criada pelo Ministério da Educação (MEC) como forma de auxílio.

A Rede de Assistência Técnica, de atuação nacional, tem como objetivo o desenvolvimento de atividades de formação dos secretários estaduais e municipais de Educação e das equipes responsáveis pela elaboração, adequação e gestão de planos dos profissionais da Educação Escolar Básica Pública. Além disso, o comunicado assinala que a adesão viabiliza a utilização do Sistema de Apoio à Gestão do Plano de Carreira e Remuneração (SISPCR), que "indica custos com vencimentos, gratificações e encargos trabalhistas". O sistema também simula cenários possíveis em um período de até dez anos e possibilita a oportunidade de participação em ações de formação contínua promovidas pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (SASE/MEC). ■

Números de planos de carreira e de adesões à Rede do MEC cresceram

Após o envio da determinação do presidente (em novembro de 2017), 76 municípios mineiros fizeram o Plano de Carreira e Remuneração. Os dados são informados pelo coordenador estadual da Rede de Assistência Técnica aos PCRs em Minas Gerais, Paulo Brescia. De acordo com ele, em novembro do ano passado, 404 municípios declararam possuir PCR e até agosto desse ano o número havia subido para 480. Ele também informa que, em novembro de 2017, somente 195 municípios haviam

fornecido cópia de seu PCR para anexação ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC (Simec). Em agosto de 2018, mais 106 municípios anexaram seus planos de carreira e remuneração ao sistema.

O coordenador Paulo Brescia informa que 62 municípios aderiram à rede de lá para cá e que 92 manifestaram interesse em elaborar um PCR. Ele também conta que 328 municípios criaram comissões coordenadoras responsáveis pela adequação do PCR.

MUNICÍPIOS SEM PLANO DE CARREIRA E QUE NÃO PAGAM O PISO SALARIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS

Paulo Brescia informa, ainda, que 426 municípios mineiros não pagam o piso salarial em Minas Gerais, ou seja, metade do Estado. Além disso, 373 municípios mineiros

ainda não têm Plano de Carreira e Remuneração para os profissionais da educação. Desse total, a rede não possui informações detalhadas da situação de 286 deles.

A REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO EM MINAS GERAIS

Segundo o coordenador estadual, cada um dos 17 territórios de Planejamento e Desenvolvimento de Minas Gerais tem um Avaliador Educacional (AE) técnico de referência, responsável pela assistência técnica e pelo monitoramento de 50 ou 51 municípios. O objetivo é promover ações de formação de gestores, técnicos e profissionais interessados. Os AEs organizam encontros com gestores e técnicos municipais e realizam formações

sobre a legislação que incide sobre planos de carreira e remuneração, e a estrutura deles, além de fornecer instrumentos para diagnóstico e gestão das carreiras no âmbito da educação.

Os AEs técnicos são indicados pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais (Undime/MG) e são liderados por um coordenador estadual indicado pela Secretaria de Estado de Educação.

ADESÃO À REDE

Para aderir à rede, o município – por meio do seu gestor municipal de educação – deve assinar um Termo de Adesão que será encaminhado ao MEC e anexado ao Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do MEC (Simec) pelo Avaliador Educacional Técnico.

Paulo Brescia conta que, em 2018, a Rede PCR funcionou de fevereiro a agosto, atendendo a demandas

mensais, coordenadas pelo MEC, com o objetivo de aumentar o número de municípios "adidos" e de estimular as adequações dos planos de carreira e remuneração à Lei nº 11.738/2008, objetivando avançar no cumprimento da Meta 18 de Plano Nacional de Educação (PNE). A Lei Federal instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O QUE DEVE CONTER UM BOM PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

Na opinião do coordenador estadual da Rede, um bom Plano de Carreira e Remuneração deve conter uma estrutura de promoção e progressão na carreira de forma a atrair profissionais com boa formação e estimular a elevação do desempenho ao longo da dela. "Além disso, é fundamental que um bom PCR garanta o paga-

mento do piso salarial profissional nacional do magistério, entendido como o patamar mínimo ou inicial da carreira, e que garanta que os docentes tenham um terço da jornada de trabalho dedicada ao planejamento e a atividades de estudos para organização do trabalho pedagógico", pontuou.



A Educação no mundo das leis

Márcio de Ávila Rodrigues

Um *pool* de setores distintos do Tribunal de Contas elaborou uma ampla listagem de fontes de informações legais sobre a Educação, com o objetivo de auxiliar o trabalho de servidores das áreas técnicas dos municípios mineiros e dos poderes do Estado. Foram tantas as referências levantadas, que a opção escolhida foi dividir em oito temas para facilitar a pesquisa. Por ser um trabalho de caráter informativo e dinâmico, sujeito a frequentes atualizações, as **Pesquisas Temáticas** ficarão disponíveis na página da Ouvidoria e não na área de jurisprudência do Portal do TCE na internet.

As Pesquisas Temáticas foram idealizadas pela Coordenadoria de Biblioteca e Gestão de Informação do TCE, em resposta a uma solicitação da coordenadora da Secretaria da Ouvidoria, Patrícia Cortez, e da coordenadora do Programa *Na Ponta do Lápis*, Naila Mourthé. É um levantamento bibliográfico sobre temas nas áreas da Educação que são, frequentemente, objeto de dúvidas encaminhadas à Ouvidoria do Tribunal de Contas. A Coordenadoria de Sistematização de Deliberações e Jurisprudência também atendeu à solicitação e selecionou, especialmente, precedentes jurisprudenciais do TCEMG, enquanto a Coordenadoria de Publicidade e Marketing desenvolveu capas para cada uma das Pesquisas Temáticas.

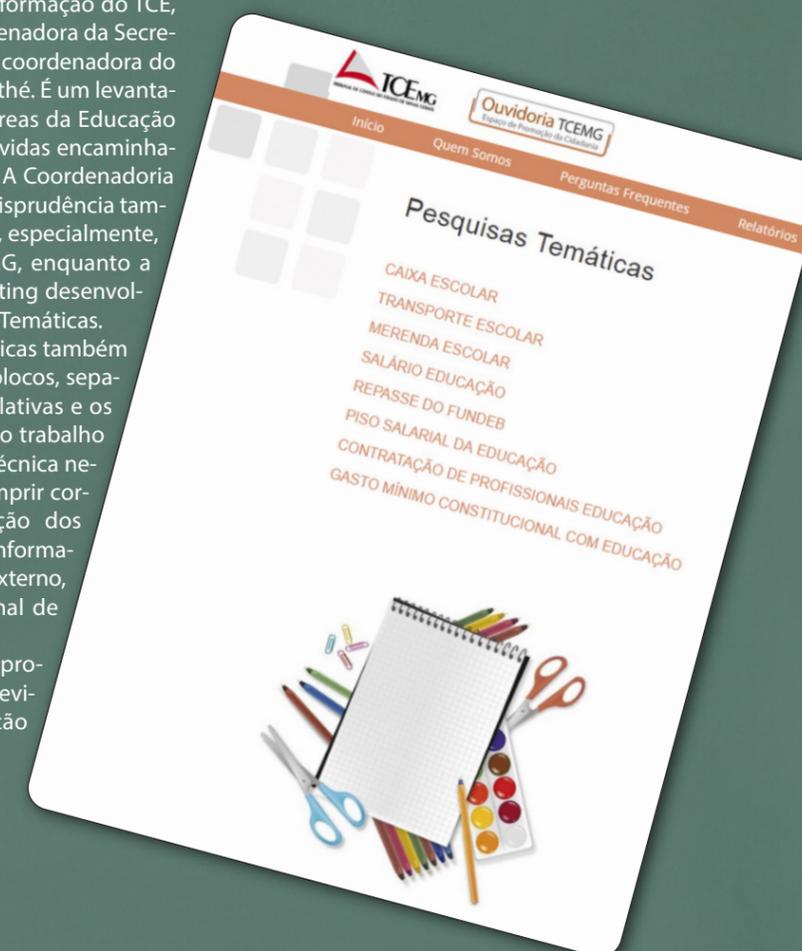
Cada uma das oito Pesquisas Temáticas também apresentou o assunto subdividido em blocos, separando as referências doutrinárias, legislativas e os precedentes de jurisprudência. Facilita o trabalho do pesquisador que tenha a formação técnica necessária para manusear o assunto e cumprir corretamente seu papel na administração dos recursos públicos e na preparação das informações que serão submetidas ao controle externo, papel constitucional do próprio Tribunal de Contas de Minas Gerais.

O objetivo do grupo de autores é proporcionar uma economia de tempo ao evitar a busca em fontes de informação

PESQUISAS TEMÁTICAS

bibliográfica e bases de dados diversas. Na apresentação de cada pesquisa temática, o Tribunal ressaltou que lhe cabe a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos recursos públicos e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Também ressalta que “esta pesquisa temática não busca esgotar o assunto. Ao contrário, apenas visa auxiliar, por meio de levantamento exemplificativo e caráter meramente informativo, não substituindo cada pesquisa individual que deva ser realizada”.

Para acessar as **Pesquisas Temáticas**, use o link <https://ouvidoria.tce.mg.gov.br/pesquisas-tematicas/>



POSSE

Durval Ângelo no TCE

Alda Clara

O ex-deputado estadual Durval Ângelo Andrade tomou posse como conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), na tarde do dia 1º/08/2018, em solenidade realizada no Auditório Vivaldi Moreira, na sede do Tribunal. O novo conselheiro ocupou a vaga deixada por Adriene Andrade, que faleceu em abril deste ano. A breve cerimônia foi conduzida pelo vice-presidente do TCEMG, Mauri Torres, que substituiu o presidente Cláudio Terrão, ausente por motivo de saúde na família.

Em seu discurso de posse, o conselheiro Durval Ângelo agradeceu aos familiares, amigos e fez um agradecimento especial ao governador do Estado, Fernando Pimentel, ao presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes, e aos outros órgãos do Estado, além do Tribunal de Contas. Depois, o conselheiro empossado, que também é professor de Filosofia, destacou alguns enunciados de pensadores que considera “norteadores de sua caminhada”, como Sócrates e Descartes, além de Hannah Arendt e José Ortega y Gasset, que são do século XX.

Durval Ângelo lembrou sua carreira na política e sua ligação à causa dos Direitos Humanos. Também destacou que assume “essa circunstância nova, com motivação da síntese sócrática e, sinceramente, reconheço que precisarei aprender muito”. Ele falou dos novos desafios que terá ao

integrar o colegiado de conselheiros: o desafio do aprendizado, o desafio da compreensão da missão do TCEMG, tanto de fiscalizar, quanto de orientar, e o desafio de contribuir para a execução de políticas públicas “que melhorem a vida das pessoas, sobretudo as empobrecidas, que são as que mais precisam delas”.

O governador Fernando Pimentel fez um breve pronunciamento para homenagear a memória da conselheira Adriene Andrade e agradecer ao TCEMG pelos relevantes serviços para modernizar e melhorar o setor público em benefício do cidadão.

O conselheiro Mauri Torres agradeceu a presença de todos e encerrou a solenidade. Na mesa de honra estavam presentes as seguintes autoridades: o governador do Estado, Fernando Pimentel; o presidente da Assembleia Legislativa, Adalclever Lopes; Nelson Missias de Moraes, presidente do TJMG; o deputado federal Odair Cunha; o procurador-geral de Justiça, Antônio Sérgio Tonet; o defensor Público-Geral, Gério Patrocínio Soares; o subprocurador-geral do Ministério Público de Contas, Marcílio Barenco Correa, e o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil. Também estiveram presentes os conselheiros do TCEMG: José Alves Viana, Wanderley Ávila, Sebastião Helvecio, Gilberto Diniz, Hamilton Coelho e as procuradoras do Ministério Público de Contas, Sara Meinberg e Cristina Melo.



Várias autoridades participaram da solenidade de posse do conselheiro Durval Ângelo



Após a leitura do Termo de Compromisso, Durval Ângelo assinou o livro de posse como conselheiro

HOMENAGEM

Colar do Mérito para escolas públicas

Thiago Rios Gomes

A tradicional entrega anual do *Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmim*, a principal premiação honorífica do TCEMG, ficou um pouco diferente em 2018 com a premiação dedicada a duas escolas públicas do Estado. Os conselheiros destacaram duas escolas, situadas em Patos de Minas e Nova Ponte, que, apesar da situação geral da educação pública, foram avaliadas positivamente no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2015.

A cerimônia de entrega foi realizada no Auditório Vivaldi Moreira no dia 13 de setembro de 2018. As escolas

homenageadas foram o Colégio Tiradentes, unidade Patos de Minas, que foi representado por seu comandante, o major da PM Evando da Silva Martins, e a Escola Municipal Professora Neuza Lopes Pinto, da cidade de Nova Ponte, representada pela professora Kátia Cândida dos Santos Oliveira. Ao todo, foram condecoradas 14 personalidades que se destacaram por prestar relevantes serviços ao país, como determinado pela resolução que criou a comenda em 1995.

O presidente do TCEMG, Cláudio Terrão, encerrou a cerimônia falando sobre o momento de celebração pelos resultados alcançados por pessoas e instituições que a entrega da Medalha José Maria Alkmim proporciona.

“Tivemos a imensa satisfação de destacar mais um grupo seleto de pessoas e instituições que têm contribuído, cada qual com sua peculiar história de vida, para a transformação da sociedade”, disse o presidente. Terrão ressaltou que os agraciados simbolizam “a automotivação, a abdicção e a perseverança” e finalizou dizendo que eles são “belos exemplos de que é possível, nessa caminhada infindável, que é a busca por nossa realização pessoal, conciliar o eu e o outro”.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCM-SP), João Antônio da Silva Filho, foi o responsável por discursar em nome dos agraciados. O conselheiro falou sobre suas raízes no Norte de Estado (nasceu em São João do Paraíso) e da influência da cultura mineira em sua vida. João Antônio disse que “ser homenageado por um dos tribunais de contas mais importantes do país, na minha terra, tem um significado que mistura simplicidade e gratidão. Simboliza reconhecimento que estendo ao trabalho realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que se aprimora constantemente e adota melhores técnicas de controle externo”.

Foram condecorados com Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmim em 2018

- Carolina Oliveira Pimentel - presidente do Servas
- Major da PM Evando da Silva Martins - comandante do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Patos de Minas
- Eduardo Monteiro de Moraes - prefeito de Várzea da Palma/MG
- Katia Cândida dos Santos Oliveira - representante da Escola Municipal Prof. Neuza Lopes Pinto, da cidade de Nova Ponte/MG
- Padre Gilson Oliveira Filho - Sacerdote na Arquidiocese de Belo Horizonte
- Iradir Pietroski - presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul
- João Antônio da Silva Filho - conselheiro presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo
- Vice-Almirante José Augusto Vieira Cunha de Menezes - comandante do 1º Distrito Naval
- José Newton Kury de Oliveira Coelho - empresário
- Maria de Fátima Coelho e Castro - vereadora da cidade de Morro da Garça/MG
- Maurílio Gabriel Diniz - desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
- Rodrigo Araújo Ribeiro - procurador federal
- Soraia Vieira de Queiroz - prefeita da cidade de Guidoal/MG
- Wellington Marcos Rodrigues - prefeito da cidade de Mar de Espanha/MG



Autoridades compuseram a mesa de honra da cerimônia de entrega do Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alkmim

CAPACITAÇÃO



Do outro lado do Atlântico

Servidora do TCEMG ministra curso para auditores na África

Karina Coutinho

Regina Lopes de Assis Bernardo, servidora do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), atravessou o Atlântico para ministrar um curso sobre controle externo. No período de 1 a 5 de outubro de 2018, ela participou de um *workshop* em Angola, na costa oeste do continente africano. O evento foi direcionado aos auditores do Tribunal de Contas de Angola. O assessor da Presidência, Pedro Henrique Magalhães Azevedo, também participou, mas de forma virtual, fazendo uma videoconferência para os técnicos angolanos sobre o tema “Transparência e *accountability*”. Angola é uma antiga colônia de Portugal, onde a língua portuguesa ainda predomina e é a oficial. Mais de seis mil quilômetros separam Belo Horizonte da capital Luanda.

A viagem foi custeada pela Organização não Governamental *Financial Services Volunteer Corps* (FSVC), que tem sede em Nova York. A servidora Regina atuou como voluntária da FSVC no projeto intitulado *Consultations to Develop a Mock Audit of Education and Health Budgets*. A organização, sem fins lucrativos, tem como objetivo fortalecer setores financeiros dos países em desenvolvimento. De acordo com o documento, que solicitou ao TCEMG a participação da



A servidora do TCEMG Regina Lopes ministrando o workshop para os angolanos. No detalhe (acima), o assessor da Presidência, Pedro Henrique Magalhães de Azevedo, participou do curso fazendo videoconferência sobre o tema “Transparência e *accountability*”

servidora no evento, a FSVC já “atuou em mais de 65 países e mercados emergentes”. A contadora da Secretaria de Estado de Fazenda, Rosana Maria Gonçalves de Souza, também viajou para Luanda com Regina. As duas eram as únicas brasileiras presentes no evento como instrutoras.

O curso

Regina Lopes ressaltou que foi uma experiência muito rica. “Foi uma troca de conhecimento. O Tribunal de Contas de Angola tem um corpo de auditores muito preparado. São advogados, administradores, engenheiros e contabilistas. Durante o *workshop*, a participação deles foi intensa, com muitos questionamentos sobre a nossa vivência”. Além disso, ela conta que “os auditores angolanos demonstraram ter bons conhecimentos sobre auditoria e que o programa da FSVC já havia possibilitado um curso com uma extensa parte teórica sobre o tema. “Nos coube levar uma metodologia que pudesse contribuir para a melhoria da auditoria realizada pelos auditores de lá”, frisou.

De acordo com ela, os auditores angolanos questionaram sobre o tempo necessário para a realização das auditorias, a relação com o auditado e a tramitação dos processos. Interessaram-se também sobre as ações, ao encontrar nos “trabalhos de campo”, outros achados não relacionados ao objetivo da auditoria. Outro ponto que despertou o interesse dos angolanos foi a transparência da gestão pública.

Diferenças com o controle externo realizado no Brasil

A analista de controle externo do TCEMG informou que a fiscalização do Tribunal de Contas angolano é realizada por meio de auditorias preventivas e sucessivas. “A auditoria preventiva, ao meu entender, se aproxima mais da atividade das nossas controladorias internas. A auditoria sucessiva equipara-se ao controle externo. Lá eles *vistam* os processos que podem ser concedidos ou negados. Assembla-se com a aprovação ou a não aprovação daqui. Se o

visto for concedido, a empresa está apta para receber o valor contratado. Caso o visto seja negado, a empresa deve fazer os devidos ajustes”.

Impressões sobre Angola

Regina achou que as características climáticas e geográficas são parecidas com as do Brasil. “O povo é muito receptivo e alegre com o visitante brasileiro. Os angolanos com os quais tive contato estão preocupados com a corrupção e querem uma nação melhor para se viver. É um país rico que vive essencialmente da venda do petróleo. Tem reduzida produção industrial de outros bens. Como me informaram, importam frango dos Estados Unidos e carne do Brasil”, contou a servidora.

Além disso, ela notou que o povo angolano conhece muito bem o Brasil e que se interessa pelo cenário político-eleitoral daqui. “Eles têm o Brasil como referência. Conhecem bem os estados brasileiros, fatos históricos, as músicas e os nossos costumes”, contou. Ela brinca que, com isso, se lembrou da letra de uma canção que diz que “o Brasil não conhece a África, mas a África sabe bem do Brasil.”



Da esq. p/ dir.: A servidora da Secretaria de Fazenda, Rosana Maria Gonçalves de Souza; o técnico da FSVC, responsável pelo projeto de Angola, Mourad Baly; a oficial Camille Jagueneau-Siegel, também responsável pelo projeto; e a servidora do TCEMG, Regina Lopes de Assis Bernardo

RECRENCIAMENTO

A excelência e a Escola de Contas

Thiago Rios Gomes

A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo – do TCEMG – alcançou uma pontuação equivalente a uma nota “A” depois de passar pela avaliação do Conselho Estadual de Educação (CEE) para a oferta de cursos de pós-graduação. Esta avaliação é realizada a cada cinco anos e a aprovação é imprescindível para que as escolas de governo ofertem cursos de pós-graduação presenciais. Para ofertar cursos virtuais (à distância), a Escola de Contas foi credenciada, em 2017, pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Os responsáveis pela avaliação, professor Roger Maia de Carvalho e professora Sônia Maria Vaz Faleiro, avaliaram a infraestrutura dos espaços onde são desenvolvidas as atividades de ensino, bem como os procedimentos acadêmicos dos cursos de pós-graduação e das atividades de extensão promovidos pela Escola durante os dias 11, 12 e 13 de setembro. Além da administração superior da Escola, os professores e os servidores técnico-administrativos também foram ouvidos durante a inspeção.

A diretora da Escola de Contas, Sílvia Ribeiro de Araújo, explicou que o processo foi de muita dedicação, pois foi preciso comprovar toda a prática acadêmica por meio de documentos. “Tivemos que resgatar tudo dos últimos anos, todas as avaliações, todas as ações que foram realizadas e também elucidar o caráter social da pós-graduação”. Mas ela garante que permaneceu confiante quanto à certificação do Conselho Estadual pois sua equipe fez “um trabalho de excelência”. E explicou: “a pós-graduação desenvolve o trabalho com primazia, as atividades de extensão também são desenvolvidas com total zelo e Coordenadoria da Biblioteca dá todo o suporte necessário para os alunos e professores”.

Sílvia valoriza o reconhecimento da Escola de Contas que, além de garantir a continuidade da oferta dos – essenciais – cursos de pós-graduação, é também um reconhecimento do trabalho realizado por toda a equipe. Ela ressaltou, ainda, que a capacitação faz parte da função do Tribunal de Contas, pois evita o mau uso dos recursos públicos. “É uma parceria para o controle preventivo, que pode ser, em muitos casos, mais eficaz que a fiscalização posterior”, definiu.

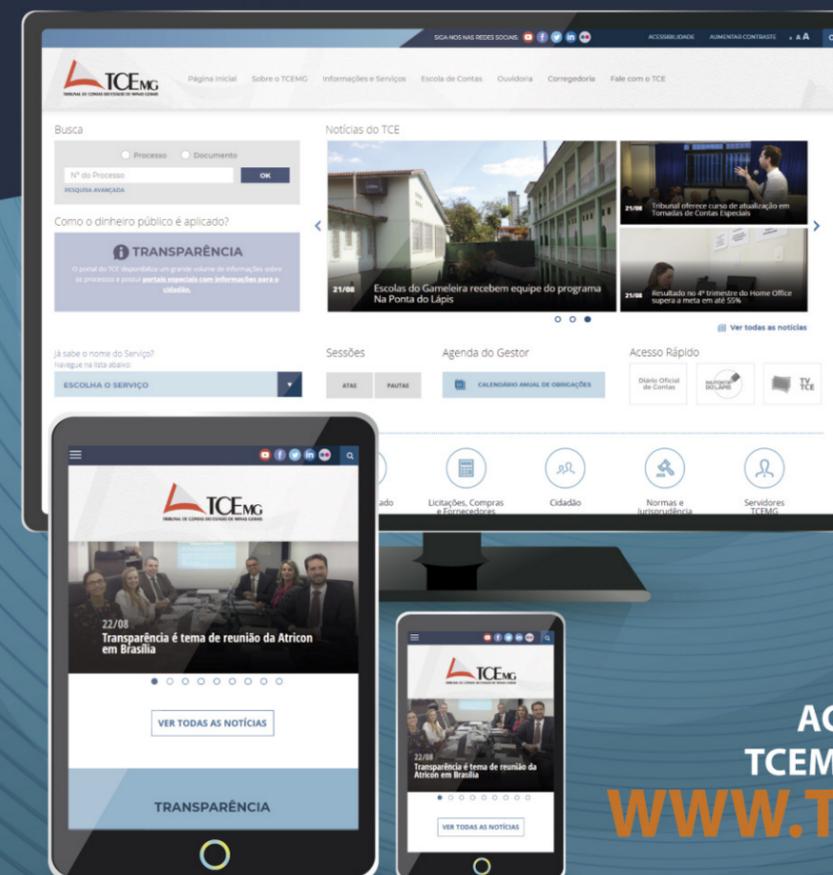
A Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo foi credenciada em 2012 e, a partir de 2014, passou a ofertar cursos de pós-graduação como escola autônoma. Neste período formaram-se cinco turmas em cursos de Gestão Pública, Gestão Pública com ênfase em Resultados e em Análise de Dados aplicados ao Controle Externo. Em 2018, o curso de pós-graduação em Finanças Públicas forma mais duas turmas.

A escola atende tanto a servidores do Tribunal de Contas, quanto a representantes dos jurisdicionados (órgãos sujeitos ao controle externo do mesmo TCE). Em 2018 a escola completou 24 anos na missão de promover a difusão de conhecimentos, contribuindo para a efetividade do controle externo da gestão dos recursos públicos.



NOVO PORTAL DO TCEMG

O PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS ESTÁ DE CARA NOVA E COM VÁRIAS FUNCIONALIDADES PARA AGILIZAR AINDA MAIS AS SUAS BUSCAS.



. MAIS COMPLETO

. MAIS PRÁTICO

. MAIS DINÂMICO

. LAYOUT MODERNO

. ADAPTADO PARA TODOS OS DISPOSITIVOS

ACESE O SITE DO
TCEMG PELO ENDEREÇO
WWW.TCE.MG.GOV.BR



Av. Raja Gabaglia, 1.315 - Luxemburgo - Belo Horizonte - MG

CEP: 30380-435 / Tel: (31) 3348-2111

www.tce.mg.gov.br

 @TCEMGoficial

 @tcemg

 YouTube/tcemgoficial

